

A grande transformação de nossa época

The great transformation of our time

Hernandez Vivan Eichenberger¹
jarivaway@gmail.com

Resumo

O presente texto é uma resenha de "A Grande Transformação" de Karl Polanyi. O texto reconstrói as teses e articulações centrais do livro. Enfatiza-se a ideia de liberdade que Polanyi desenvolve, a qual é aproximada de Hegel. Por fim, aponta-se uma dificuldade de prognóstico do livro.

Palavras-chave: Polanyi, Liberalismo, Hegel, Fascismo.

Abstract

This text is a review of "The Great Transformation" by Karl Polanyi. The text reconstructs the central theses and articulations of the book. It emphasizes the idea of freedom that Polanyi develops, which is similar to Hegel. Finally, a difficulty in prognosticating the book is pointed out.

Keywords: Polanyi, Liberalism, Hegel, Fascism.



¹ Professor do Instituto Federal Catarinense, campus São Francisco do Sul; email: jarivaway@gmail.com.

Karl Polanyi. *A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

O relançamento, em nova tradução, de *A Grande Transformação* de Karl Polanyi é motivo de comemoração. Além do texto original, a nova edição conta com um prefácio do economista Joseph Stiglitz e uma esclarecedora e detalhada introdução do sociólogo Fred Block da Universidade da Califórnia. Ambos os textos auxiliares testemunham com persuasão o caráter atual da obra.

A Grande Transformação foi lançada em 1944. O livro inteiro pode ser descrito como um longo e cuidadoso argumento que visa demonstrar a desestruturação política produzida pela adoção da economia de mercado em larga escala nas sociedades modernas, isto é, a transformação do trabalho, da natureza e do dinheiro em mercadorias. O livro observa, a um só tempo, um registro normativo e descritivo: uma economia de mercado agigantada sobre a sociedade não é apenas indesejável, mas também sequer é funcional. Disso se segue a ideia chave de Polanyi que "Nossa tese é que a ideia de um mercado capaz de ajustar a si mesmo implicava uma flagrante utopia. Tal instituição não teria como existir de maneira duradoura sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade (...)" (POLANYI, 2021, p. 51). Essa tese, evidentemente, é cheia de implicações políticas no que diz respeito ao presente de Polanyi, o que se evidencia quando ele pensa que é justamente nesse esforço que reside a crise da época: "as origens do cataclismo encontram-se no esforço utópico do liberalismo econômico para estabelecer um sistema de mercado autorregulado" (POLANYI, 2021, p. 82) – essa observação se desdobrará em uma teoria do fascismo na última parte do livro. Dado que as instituições básicas do liberalismo – a economia de mercado, o padrão-ouro e o livre-comércio – são invenções inglesas que foram exportadas ao conjunto de países da Europa e Estados Unidos – instituições essas que desmoronaram na década de 1920 –, Polanyi se voltará à realidade da Inglaterra a fim de compreender sua gênese e implantação. Todavia, não se trata de uma reconstituição empírica dos eventos que remontam a essa gênese: "Este livro não é uma obra de história. O que buscamos não é uma sequência convincente de eventos selecionados, mas uma explicação de sua tendência em termos de instituições humanas" (POLANYI, 2021, p. 52). Ou seja, a obra se volta à apreensão do sentido das instituições sociais como um todo e de qual seria o papel do mercado no interior desse conjunto.

A obra como um todo é dividida em quatro partes. A primeira parte consiste em um arrazoado de observações conjunturais – cuja estrutura só se torna nítida a partir dos pressupostos desenvolvidos nas outras partes – de como o modelo liberal entra em falência dos anos de 1920 em diante. A segunda parte narra o longo processo de instituição da economia de mercado. A terceira parte, por sua vez, apresenta os mecanismos de autodefesa da sociedade ante o caráter desagregador do mercado. Por fim, Polanyi elabora uma teoria sobre a emergência do fascismo e as alternativas políticas de sua época.

O longo argumento de Polanyi se desenvolve em, basicamente, duas frentes: 1) mostrar como se deu o processo do mercado enquanto instituição dominante e a desestruturação social que ocasionou e 2) os antecedentes antropológicos da instituição mercado, o que colabora para relativizar a ilusão liberal, profundamente anacrônica, segundo a qual o mercado seria uma estrutura transhistórica. Esse segundo ponto é operacionalizado por uma incursão nos estudos antropológicos disponíveis à época. O resultado da investigação acaba por concluir que "Embora a história e a etnografia conheçam vários tipos de economias, que em sua maioria incluem a instituição dos mercados, essas disciplinas não têm notícia de nenhuma economia, antes da nossa, que tenha sido sequer aproximadamente controlada e regulada por mercados" (POLANYI, 2021, p. 100).

Polanyi demonstra que as trocas em outros tipos de sociedade obedeciam a diferentes princípios que não a troca por equivalentes, a saber, a reciprocidade e a redistribuição. No caso da primeira, apenas à título de exemplo, Polanyi relembra sociedades nas quais o homem que colhe dispõe os melhores produtos à irmã e à família dela, de maneira que, se as coisas assim não ocorrerem, seu prestígio se verá deteriorado. Em outros termos, "O princípio da reciprocidade funciona em benefício de sua mulher e seus filhos, trazendo uma compensação econômica por sua virtude cívica" (POLANYI, 2021, p. 104). Em sentido semelhante atua o princípio da redistribuição, o qual consiste na entrega de parte da produção ao chefe tribal que a redistribui segundo determinados critérios. Sociedades bastante complexas como a babilônica e o Novo Império do Egito orientaram-se fortemente segundo esse princípio, mas ele também está presente em sociedades feudais e africanas. A pesquisa sobre esses princípios tem como resultado notar que "O sistema econômico é, de fato, mera função da organização social" (POLANYI, 2021, p. 106). Um terceiro princípio é o que Polanyi chama de domesticidade, isto é, a produção para uso próprio ou da família. Segundo ele, trata-se de princípio menos antigo que a própria reciprocidade e a distribuição. Aristóteles teria sido o primeiro a teorizá-lo e, nesse sentido, Polanyi endereça um grande elogio ao estagirita por distinguir entre domesticidade e crematística: "Ao denunciar o princípio da produção que visa ao lucro irrestrito e ilimitado como 'não natural no homem', Aristóteles mirou o ponto crucial, a saber, o divórcio entre a motivação econômica e todas as relações sociais concretas que, por sua própria natureza, impõem limite a essa motivação" (POLANYI, 2021, p. 112). Ou seja, ainda que se esteja no campo da produção privada, não se estaria no registro da produção potencialmente infinita desligada de outras instituições sociais.

O saldo geral dessa incursão consiste na crítica à antropologia liberal que considera que os atos de trocas estão radicados na natureza humana. O que Polanyi tem em vista é justamente criticar àquela antropologia elaborada por Adam Smith, segundo a qual pensa-se a divisão do trabalho como "consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar,

permutar ou trocar uma coisa pela outra" (SMITH, 1983, p. 49). Ou seja, trata-se de, com fartas evidências antropológicas, negar que essa propensão à troca seja fundada na natureza e enfatizar que, considerá-la assim, é apenas uma forma de anacronismo cujo sentido consiste em projetar a moderna sociedade de mercado à toda a história humana – como uma tendência que, teleologicamente, foi se atualizando porque já estava inscrita desde seu início na constituição daquilo que nos faz humanos.

Quanto ao processo de desestruturação social provocado pela hipertrofia do mercado, Polanyi é pródigo em realizar uma investigação pela história da Inglaterra mostrando como esse princípio desestabilizou comunidades constituídas e que tipo de resistências se apresentaram a ele. A questão mais premente é: se o mercado é uma instituição secundária nas sociedades anteriores às modernas, então como ele acabou se impondo como a instituição principal em nosso mundo? A resposta liberal – atos de troca individuais foram se avolumando e ganhando o mundo – é insustentável, de modo que Polanyi basicamente a inverte. A resposta consiste em notar que os particularismos locais, as defesas das cidades contra um comércio que ameaçava desmantelar sua autossuficiência, foram realizadas pela intervenção estatal uniformizadora de regras de comércio: "As cidades ergueram todos os obstáculos possíveis contra a formação do mercado nacional, ou interno, pelo qual os atacadistas capitalistas ansiavam" (POLANYI, 2021, p. 125). O mercantilismo derrubou os entraves para a formação de grandes mercados nacionais. O Estado surge aqui como o demiurgo do mercado.

Essa imensa transformação – aliás, um dos sentidos ao qual o título alude – que levou que o mercado passasse de um elemento secundário da vida econômica para o elemento que subordina todas as demais instituições sociais ensejou toda sorte de resistências. Sobre o sentido desses diques improvisados, Polanyi escreverá que eles se amparam no fato de que "nenhuma sociedade conseguiria suportar os efeitos desse sistema de ficções toscas, nem mesmo pelo mais breve período, se sua substância humana e natural, bem como sua organização empresarial, não fossem protegidas dos flagelos desse moinho satânico" (POLANYI, 2021, p. 135). As ficções em questão são, precisamente, a conversão do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias, justamente em virtude do fato de que os elementos que constituem essas mercadorias não são produzidos, de fato, como mercadorias, mas sim são a substância humana e natural – trabalho é o homem, a terra é a natureza, o dinheiro, por sua vez, um símbolo – cuja compreensão como "mercadoria" é absolutamente imprópria (POLANYI, 2021, p. 135).

Uma das principais proteções à mercantilização é investigada por Polanyi a partir de Speenhamland. As leis de Speenhamland foram vitais na instituição do direito à vida e implicaram em um bloqueio na formação do mercado de trabalho "livre" na Inglaterra, isto é, que deixasse à própria sorte os

trabalhadores (POLANYI, 2021, p. 197), o que significava intimidá-los sob a perene "ameaça da fome" (POLANYI, 2021, p. 317). Aos pobres era garantido um salário de subsistência. Essa engenharia social, cujo princípio consistiu em impedir a indigência, teve resultados bastante ambíguos. A complementação dos salários impeliu que os níveis salariais propriamente ditos fossem rebaixados, além de obstar, como um todo, a formação de uma classe trabalhadora auto-organizada. Speenhamland redundou na corrosão de parte da sociedade inglesa e, conforme Polanyi, seu significado pode ser descrito como de um "paternalismo reacionário" (POLANYI, 2021, p. 168). Apenas com a suspensão da lei é que o capitalismo pôde se desenvolver sem embaraços: "Somente em 1834 é que se estabeleceu um mercado de trabalho competitivo na Inglaterra. Portanto, não se pode dizer que o capitalismo industrial, como sistema social, tenha existido antes desta data" (POLANYI, 2021, p. 146).

De qualquer forma, a proteção da sociedade diante do "moinho satânico" foi empreendida de maneira imanente (POLANYI, 2021, p. 205), como reação de um conjunto de pessoas – aristocracia feudal e proletariado industrial – contra aqueles que representavam os princípios do mercado². Isso enseja dois dos melhores capítulos do livro, "Nascimento do credo liberal" e "Nascimento do credo liberal (continuação): interesse de classe e mudança social", nos quais Polanyi empreende uma crítica rigorosa da interpretação histórica liberal. A visão liberal sustenta que havia uma conspiração antiliberal que, amparada nos mais profundos preconceitos contra a mudança social e a assunção do caráter natural da troca, visava oferecer empecilhos à ampliação do mercado. Todos os problemas se seguiriam dessa incompreensão básica. Polanyi, por outro lado, argumenta que a utopia do mercado autorregulado é que produziu toda a série de desestruturas sociais e que, por isso, foi suspensa pelo desenvolvimento histórico. Diante dessa antinomia, Polanyi afirma que "Saber qual dessas duas visões é correta talvez seja o problema mais importante da história social recente (...)" (POLANYI, 2021, p. 219), curiosamente um debate ainda bastante atual. A partir de uma meticolosa investigação histórica das atitudes elencadas como antiliberais e de uma discussão direta com o ponto de vista de Herbert Spencer, Polanyi conclui que as medidas assim chamadas de "coletivistas" – nada mais que medidas elementares de proteção social em face do mercado – ou foram propugnadas por convictos liberais que solicitaram o Estado para fazer valer, de cima para baixo, o *laissez-faire* – um Estado interventor que agia contra trustes e sindicatos – ou então como reações pragmáticas da sociedade. Essa dinâmica de autodefesa, resistente à utopia liberal, por sua vez, acaba por involuntariamente criar um espaço de autoridade moral e intelectual restrito, embora permanente, aos liberais, pois "permitiu a seus defensores argumentar que a aplicação incompleta de seus princípios era a razão de toda a dificuldade" (POLANYI, 2021, p. 221). Assim, sempre have-

² Essa observação de Polanyi é bastante similar à ideia contida no ensaio de Mannheim sobre o pensamento conservador no que tange à aliança, aparentemente insólita, entre conservadorismo e socialismo nos primeiros momentos da crítica ao capitalismo (MANNHEIM, 1971, pp. 148-149).

rá a justificativa possível a todo liberal de que faltou à sociedade ser ainda mais submetida ao credo do mercado regulado, razão pela qual o projeto liberal ainda não obteve o merecido êxito.

O papel provocado pela desestruturação que advém da adoção de relações de mercado como o padrão modelar da sociabilidade dá ensejo às penetrantes considerações de Polanyi sobre o desenraizamento ou "vazio cultural" ou ainda aquilo que ele chama de "degradação cultural". Polanyi mostra como a exploração não pode ser tomada como a única causa da destruição de sociedades de outrora, mas sim deve ser entendida a partir do estrago provocado na estrutura institucional: "O processo econômico pode fornecer o veículo da destruição e, quase sempre, a inferioridade econômica leva a parte mais fraca a ceder. Mas a causa imediata de sua ruína nem por isso é econômica: reside no dano letal causado às instituições em que sua existência social está inserida. O resultado é a perda do amor-próprio e de padrões de referência, quer se trate de um povo ou de uma classe, que o processo tenha origem no chamado conflito cultural ou em uma mudança na posição de uma classe dentro de uma sociedade" (POLANYI, 2021, pp. 238-239).

A transformação do trabalho e da terra em mercadorias não significa apenas a sua exploração econômica, mas, antes de tudo, é "apenas uma fórmula abreviada para designar a liquidação de toda e qualquer instituição cultural de uma sociedade orgânica" (POLANYI, 2021, p. 241). Esse procedimento de Polanyi não serve para atenuar as críticas à exploração, mas para complementá-las e, inclusive, responder a defensores cínicos que sustentam que os padrões econômicos impostos aos povos colonizados teriam promovido uma melhora econômica ímpar. Essa compreensão do processo colonial permite mostrar que há como um movimento análogo no interior da sociedade inglesa, a saber, violência em larga escala, culturalmente desintegradora, promovida contra seu próprio povo. Precisamente esse foi um dos resultados essenciais do caráter perverso do mercado: a destruição de todas as formas orgânicas de solidariedade em favor de uma organização atomística então inédita na história (POLANYI, 2021, p. 247).

Em que pese essa dimensão destrutiva, a debacle do liberalismo se gestou por longo tempo. A estrutura de mercado funcionou razoavelmente bem até certa medida e sob certas condições, tendo os Estados Unidos como modelo: enquanto havia uma ampla oferta de terra, trabalho e dinheiro – fronteiras abertas, mão de obra abundante e estabilidade cambial. Todavia, o fim dessas circunstâncias levou à uma nova orientação protecionista. Na verdade, a autorregulação do mercado, imperfeita por natureza, se viu instada à convocação do poder militar que garantiria a boa saúde do comércio. O fim do padrão-ouro foi o último sinal da derrocada liberal. A fratura social se tornou exposta e a ruína do sistema internacional recolocou na ordem dia as dificuldades que foram elididas logo no início do capitalismo, a saber, o problema do intervencionismo e do governo popular. Ocorre que, e isso é central ao argumento de Polanyi, a desorganização do mercado teve como catalisador as receitas deflacionárias liberais, frequentemente autoritárias – como a re-

cura às greves – o que, por seu turno, debilitou as organizações democráticas que poderiam fazer frente à outra resposta face às tensões sociais – o fascismo, que bem pode denotar outro sentido à noção de "transformação" que intitula o livro.

Polanyi descreve o fascismo como a solução política que emerge das profundas instabilidades do mercado pretensamente autorregulado. O fascismo é produto "de uma situação objetiva e não resultou de causas fortuitas" (POLANYI, 2021, p. 331), sendo a resposta à crise institucional promovida pelo descolamento entre política e economia no Mundo Moderno. O fascismo é a reforma da sociedade de mercado a partir da supressão de todas as instituições democráticas e por uma ampla reforma educacional do corpo político, em última instância impingida pela tortura. É crucial às observações de Polanyi sobre o fascismo a sua recusa em considerá-lo como um movimento resultante de particularidades nacionais. A profunda expansão do fascismo, em países das mais variadas orientações culturais, religiosas, geográficas e históricas depõe em favor dessa tese. Entre os indícios do fascismo estão a "disseminação de filosofias irracionais, estéticas racistas, demagogia anticapitalista, ideias heterodoxas sobre a moeda, críticas ao sistema partidário e depreciação generalizada do 'regime' ou de qualquer que fosse o nome dado ao arranjo democrático existente" (POLANYI, 2021, p. 332).

O *modus operandi* fascista se valia de táticas de rebelião e infiltração entre as autoridades. O caráter universal do fascismo se deriva, tal como o socialismo, de estar assentado em uma sociedade de mercado cujo funcionamento é deficiente. Daí que ele possa ser tão internacional quanto o próprio socialismo.

O capítulo final do livro realiza uma previsão bastante duvidosa que certamente é um dos pontos mais criticáveis da obra. Seguramente Polanyi subestimou bastante a resistência e elasticidade do liberalismo ao escrever que "O futuro de alguns países pode já ser o presente de outros, enquanto alguns talvez ainda encarnem o passado dos demais. O resultado, porém, é comum: o sistema de mercado não mais será autorregulado, nem mesmo em princípio, pois não abarcará a força de trabalho, a terra e o dinheiro" (POLANYI, 2021, p. 347).

Se essas mercadorias passaram por processos de desmercantilização, em que pese talvez apenas parciais (OLIVEIRA, 1998), ainda sim os assim chamados governos neoliberais testemunham com persuasão a incorreção do prognóstico como um todo. Vale mencionar, em oposição a esse declive teórico, a tentativa de Polanyi de fundamentar um conceito de liberdade ampliado. Em outros termos que não os de Polanyi, é possível dizer que ele formula uma noção de liberdade social que inclui a experiência das instituições, enquanto incorporação da liberdade, como o traço decisivo de um conceito de liberdade que não se confunde com o arbítrio individual: "As instituições são encarnações de significados e propósitos humanos. Não podemos alcançar a liberdade que buscamos, se não compreendermos a (*sic*) verdadeiro significado da liberdade numa sociedade complexa" (POLANYI, 2021, pp. 350-351).

Essa ideia é bastante aproximada de Hegel, um outro pensador cujo complexo de problemas pode ser, guardadas as

diferenças históricas, identificado às preocupações de Polanyi. Isso porque Hegel define a eticidade justamente como "o conceito de liberdade que se tornou mundo presente e natureza da autoconsciência" (HEGEL, 2010, p. 167). A despeito da linguagem nem sempre penetrável de Hegel, o que está em questão é justamente a noção de liberdade social, ou seja, uma forma não atomizada de se compreender a liberdade que não se encerra na consciência dos indivíduos ou em seus atos imediatos. Esse problema, que move Hegel por toda sua obra, é algo semelhante à problemática de Polanyi – ainda que a dimensão propriamente filosófica desse apenas se explicita no capítulo final de *A Grande Transformação*. Para ambos, compreender a liberdade segundo uma perspectiva individual é perder de vista a dimensão das instituições que a encarnam e a realizam. Tanto para Hegel quanto para Polanyi, conceber a liberdade de maneira não institucionalizada é algo absolutamente sem sentido. Essa, no entanto, não é a única aproximação possível entre os dois. Ainda que em um registro mais descritivo que Polanyi, Hegel elabora uma teoria da sociedade civil-burguesa que enfatiza o caráter destrutivo do mercado. Um comentarista recente de Hegel assegura que "O Estado hegeliano respeita a ordem capitalista do mercado e preserva-a dentro de limites determinados, mas precisa, ao mesmo tempo, proteger essa esfera das forças autodestrutivas que lhe são imanentes. A tarefa do Estado consiste em regular essa esfera, em organizá-la racionalmente, em vigiá-la e em dar-lhe um ambiente ordenado" (VIEWEG, 2019, pp. 297-298).

Para Hegel, a presença agigantada do mercado no Mundo Moderno era uma realidade incontornável, tema aliás que estruturou sua filosofia (HORSTMANN, 1997), o que, no entanto, não implica em uma adesão pura e simples aos modelos de economia de mercado. Ao contrário, Hegel sempre exigiu regulação das relações de mercado sob uma perspectiva do bem comum (HEGEL, 2010, p. 218ss.). De um ponto de vista polanyiano, porém, talvez a aceitação do mercado por Hegel soe acrítica. Contudo, a crermos em Polanyi, Hegel sequer testemunhou o capitalismo industrial em sua atuação desmedida, evento que dataria de 1834 com o fim de Speenhamland. Nesse sentido, seria possível pensar uma aliança entre os dois pensadores na medida em que ambos são críticos de sociedades que se deixam dominar por dinâmicas pervasivas de mercado e ambicionam construir modelos coletivos de liberdade.

Por fim, qual é a posição política que Polanyi adota? Não há dúvida que a reconstrução empreendida por Polanyi aponta no sentido do socialismo, o qual é compreendido a partir de sua relação inerente com a democracia: "O socialismo é, essencialmente, a tendência intrínseca da civilização industrial a transcender o mercado autorregulado, subordinando-o conscien-

te a uma sociedade democrática" (p. 327). Segundo Fred Block, Polanyi era um admirador do New Deal (BLOCK, 2021, p. 41). Explicitamente, contudo, nas notas finais do livro, Polanyi explica a diferença entre Speenhamland e outras experiências de intervenção, notadamente a experiência dos socialistas vienenses, a qual ele nutre grande admiração: "(...) a tentativa de Speenhamland tentou prevenir o advento da economia de mercado, enquanto o experimento vienense tentou transcender essa economia. Enquanto Speenhamland causou um verdadeiro desastre para a gente do povo, Viena obteve um dos mais espetaculares triunfos culturais da história ocidental" (POLANYI, 2021, p. 396). O experimento da Viena Vermelha ainda carece da devida revalorização no pensamento socialista democrático³. Sem dúvida, a republicação de *A Grande Transformação* contribuirá para tal.

Por fim, a compreensão errônea da liberdade promovida pelo liberalismo abre o caminho para as condições desintegradoras que acabarão por conduzir ao fascismo. Por essa razão, a obra de Polanyi conserva grande atualidade ao ser uma advertência veemente ante a transformação de bens elementares em mercadoria. Em larga medida, as questões que motivaram a reflexão de Polanyi são as mesmas que ainda nos atormentam.

Bibliografia

- BLOCK, Fred. "Introdução". In: *A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021, p. 21-44.
- HEGEL, G.W.F. *Filosofia do Direito*. Tradução de Paulo Meneses et alii. São Paulo: Loyola; São Leopoldo: UNISINOS, 2010, 323 p.
- HORSTMANN, Rolf-Peter. "Hegels Theorie der bürgerlichen Gesellschaft". In: *G.W.F. Hegel, Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Berlin: Akademie-Verlag, 1997, p. 193-216.
- KRÄTKE, Michael R. "Das Rote Wien: Eine sozialdemokratische Utopie". In: *Zeitschrift für sozialistische Politik und Wirtschaft* 3, Heft 232, 2019, p. 89-92.
- MANNHEIM, Karl. "Conservative Thought". In: *From Karl Mannheim*. Org. WOLFF, Kurt. New York: Oxford University Press, 1971.
- OLIVEIRA, Francisco. (Org.). *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. São Paulo: Vozes, 1998, 231 p.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021, 412 p.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações* (Vol. II). Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 350 p.
- VIEWEG, Klaus. *O pensamento da liberdade*. Tradução de Gabriel Salvi Philipson, Lucas Nascimento Machados e Luiz Fernando Barrère Martin. São Paulo: EDUSP, 2019, 600 p.

Submetido: 12/09/2021

Aceite: 22/04/2022

³ Uma aproximação da experiência da Viena Vermelha, com ênfase na política habitacional, encontra uma boa apresentação em Krätke (2019).